



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**PROPOSTA DE UM MODELO DE GERENCIAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS
A PARTIR DA ADAPTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA EMPRESARIAL.**

Luiz Eduardo Giovanelli

[ARTIGO] GT 9 Planejamento, Controle e Finanças no Setor Público

PROPOSTA DE UM MODELO DE GERENCIAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS PÚBLICOS A PARTIR DA ADAPTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA EMPRESARIAL.

RESUMO

Este artigo visa apresentar um modelo de gerenciamento de bens patrimoniais públicos a partir da adaptação de sistema gerencial para implantação no processo de inventário, tendo como estudo o Campus Luiz Meneghel da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O estudo teve como base teórica, diversos trabalhos científicos de autores ligados a áreas da administração pública, do planejamento estratégico governamental e da gestão do inventário patrimonial, além de trazer dados e legislações que regem as diretrizes do processo de gestão do patrimônio. A metodologia empregada visou estabelecer um modelo de gerenciamento prático e eficiente para o processo de inventário, obtendo as informações necessárias por meio de dados primários e secundários. As principais conclusões foram a melhoria no processo de controle de bens patrimoniais, com a minimização do tempo do processo; menor demanda de esforço dos funcionários; além da garantia de maior exatidão do controle dos bens, demonstrando que o modelo proposto pode ser eficaz para esse tipo de atividade.

Palavras-chave: Administração pública, patrimônio, planejamento estratégico, modelo de gestão.

1 INTRODUÇÃO

O controle de bens patrimoniais é uma das competências da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná. A gestão desses bens compete a cada entidade vinculada ao Estado, bem como a gestão desses ativos imobiliários e alienações; o cadastro, regularização e avaliação de bens imóveis do patrimônio estadual. (DPE/PR,2021).

O controle de bens patrimoniais realizadas anualmente pelo Campus Luiz Meneghel da Universidade Estadual do Norte do Paraná, na qual atualmente é feita de modo manual na qual é necessário a utilização de planilhas impressas para que posteriormente seja incorporada ao Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel (GPM) do Estado do Paraná.

O inventário patrimonial tem a finalidade de ser um instrumento contábil que é o resultado de um procedimento administrativo calcado por várias fases e tarefas que abrangem na busca ativa e verificação quantitativa e qualitativa dos bens móveis de uma instituição pública, sendo realizado por períodos contábeis ou para prestações de contas específicas solicitadas pelos órgãos de controle do governo.

A relação dos ativos de uma unidade administrativa visa desempenhar uma ferramenta de auxílio no planejamento financeiro e de gestão das unidades, pois, com um levantamento eficaz dos bens, é possível mapear quais são as necessidades mais urgentes de adequações e de aquisições de bens de uma organização, bem como, verificar as condições qualitativas dos bens e seu grau de conservação, sendo possível, assim, a elaboração de parâmetros métricos para a disposição de recursos na hora das tomadas de decisões de orçamentarias (JESUS, 2013).

A busca visual dos bens e a conferência numérica das planilhas no relatório é uma tarefa extremamente manual e, como toda tarefa humana, está sujeita a falhas de verificação e controle. Como a forma atual de conferência do inventário demanda muito tempo, este trabalho visa apresentar uma proposta para automatizar esse processo com a inclusão de um banco de dados acoplados a um sistema de leitor de códigos de barras – utilizados em redes de supermercado, controle de estoque, indústrias, etc – na qual a conferência dos itens seja feita de uma forma mais rápida e precisa.

Com a implementação do Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel (GPM) do Estado do Paraná no Campus Luiz Meneghel da UENP em 2020, todos os bens incorporados a partir dessa data são automaticamente incorporados ao sistema na qual o controle se dá pelo mesmo sistema, também foram incorporados todos os bens pertencentes à instituição e as informações de sua localização, estado de conservação, valor, depreciação entre outros.

Porém, é necessário a conferência anual dos bens para o controle contábil a fim das prestações de contas ao Estado, portanto o objetivo principal dessa proposta de intervenção é a implantação de um sistema que vise facilitar a conferência e garantir a efetividade da realidade que se encontra os itens e sua respectiva situação no sistema.

Com esse objetivo alcançado, a identificação com maior exatidão do local onde os materiais são encontrados durante o inventário, proporcionará vários benefícios tanto para as áreas responsáveis, quanto para a elaboração dos relatórios em benefício da instituição e sua situação patrimonial. O que também garante a efetivação do princípio da Eficiência nos órgãos públicos, regido pelo artigo 37 da Constituição Federal no qual implementou o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na atuação estatal, ou seja, a partir disso, os atos da administração devem ser realizados com a maior qualidade, competência e eficácia possível em prol da sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A princípio, é apresentada a fundamentação teórica que promoverá sustentação ao trabalho. O Planejamento Estratégico Governamental é a teoria abordada na primeira seção. Logo após, aborda-se a análise da Administração Pública. A terceira, e última seção, trata da gestão do Inventário Patrimonial.

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL

Os gestores públicos devem se basear em conceitos administrativos que visam garantir a melhora da qualidade dos serviços prestados à população, com a transparência dos seus atos e a promoção da administração calcada em métodos instituídos por lei, desenvolvendo um planejamento eficaz ao atendimento do interesse público.

Mintzberg (2010) analisa que o planejamento é um processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura esperada, concentrando da melhor forma possível todos os recursos e esforços da organização. Portanto, é necessário ter um planejamento eficaz e sólido, que se adeque com a finalidade esperada e leva em consideração os impactos do ambiente externo das organizações.

É inegável a importância de um Planejamento Estratégico em prática na organização, principalmente em organizações públicas, pois, ele auxilia nos mais diversos segmentos organizacionais e traz uma nova visão para dentro da empresa. Serra; Torres; Torres (2004) observam que a importância do Planejamento está ligada ao tratamento dos aspectos considerados essenciais para o desenvolvimento de um modelo, disposto a alcançar os objetivos traçados.

Branco (2014) salienta que o Planejamento Estratégico Governamental se mostra como uma ferramenta para o emprego e a otimização dos recursos públicos, pois, com a melhoria e adaptação dos processos, se tem uma maior capacidade de gerar melhores resultados e reduzir os custos, o que garante a evolução do Estado moderno no Brasil.

Ademais, Santos (2006) destaca que a busca por novas maneiras de otimizar os processos e as crescentes demandas que vão surgindo com a evolução das tecnologias, faz com que seja inserido junto às organizações públicas conceitos e ferramentas novas capazes de alavancar o processo de decisão governamentais.

Silva e Gonçalves (2011) em pesquisa científica sobre implementação de Planejamento Estratégico em Instituições Públicas, onde o foco da pesquisa era abordar como se dá a implementação em Tribunais de Contas da União em diversos estados

brasileiros, percebeu-se que existiam lacunas entre a fase de formulação e a de implementação do planejamento, no que se apresentou os maiores problemas.

Com os resultados da pesquisa, foi possível verificar que as organizações públicas necessitam e afirmam que o Planejamento Estratégico é uma ferramenta para o alcance de desempenhos superiores, para melhor adequar os recursos públicos a longo prazo seguindo uma linha de apoio aos gestores.

Portanto, o Planejamento Estratégico Governamental, se avança como ferramenta de gestão oportuna para garantir a eficiência e eficácia das políticas implantadas pelas mais diversas esferas da administração pública, cada qual com suas particularidades e divisões, como será evidenciada na próxima seção.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As relações humanas estão em constante mudança, com isso é essencial que exista um mediador, que contribua para que haja consenso entre as pessoas, possibilitando a existência da ordem e justiça. Tal mediador se dá em forma de governo, que integra o Estado em um contexto geral de sistema, refletindo suas características e distorções (MEDAUAR, 2001).

Partindo desse pressuposto, o Estado e indivíduos estão ligados a partir dos agentes, órgãos e funções governamentais, no qual é dever do Estado manter o patrimônio e serviços públicos a fim de se cumprir os princípios fundamentais legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, regulamentado no Capítulo VII, Caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

O artigo citado rege como a organização pública deve seguir, para administrar a “coisa” pública, ou seja, os cinco princípios seguem por implementar suas atividades regidas estritamente em lei vigente, cumprindo a função de órgão máximo de ser impessoal (ligada a finalidade de seus atos), calçando seu papel na moral e na ética, publicando tudo de forma que todos os cidadãos estejam cientes dos atos realizados, enfim, aplicando tudo isso com a máxima eficiência e isonomia.

De acordo com Alexandre (2013), a administração pública deverá cumprir seu papel de regência e autoridade, com a finalidade de ofertar a população o bem comum, a partir das implantações dos seus processos, e haja visto que, estão em constantes mudanças e que passam a cobrar o maior número de ações e de novas técnicas de gestão baseadas na evolução dos processos e na ampliação do desempenho junto aos anseios da sociedade.

A importância da administração se apresenta pela forma ampla como é tratada nas constituições, inclusive a brasileira. Revela-se também pelo desejo de fazer com que seja modernizada, garantindo sua eficiência, atuando sem corrupção e de forma a não desperdiçar os recursos públicos (MEDAUAR, 2001).

Diante do exposto que foi apresentado sobre os dois tópicos acima abordados, a importância e o impacto da administração pública na sociedade, sempre estará em discussão, portanto, utilizar ferramentas gerenciais como o Planejamento Estratégico, adequando a esse tipo de organização, se dando por meio dos órgãos públicos, que deverão ser auxiliados a tomarem a melhor decisão, e a seguir um planejamento de constância e crescente melhoria visando o bem comum e a eficácia pública.

2.3 GESTÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL

A gestão do controle dos bens patrimoniais, adquiridos pelos órgãos do Estado do Paraná é regulamentada e normatizada, e tem como objetivo garantir o gerenciamento do patrimônio mobiliário e imobiliário; a gestão de ativos imobiliários e alienações; o cadastro, regularização e avaliação de bens imóveis do patrimônio estadual (DPE, 2020). Para o controle gestão desses bens em cada órgão do estado são utilizadas ferramentas para sua gestão, uma delas é o inventário patrimonial dos bens móveis.

Segundo Rocha e Soares (2016 p.16), o Inventário Patrimonial é “realizado em determinado momento com objetivo de verificar a existência física dos bens, bem como informar seu estado de conservação e manter o sistema patrimonial atualizado”. Portanto, é nesse processo, que se consegue avaliar quantitativamente e qualitativamente todos os bens pertencentes ao órgão analisado, trazendo uma série de vantagens no que se refere a administração dos recursos públicos e o panorama das instalações das instituições.

Destacando a gestão do inventário patrimonial, Santos (2017) acentua que atualmente a importância de se ter um inventário preciso e real nos órgãos públicos se faz pela necessidade dos gestores terem um parâmetro de como e onde devem investir mais recursos e realizar um planejamento a médio e longo prazo para a gestão, compra e descarte dos bens. Portanto, uma gerência responsável dos bens patrimoniais deve prezar pela transparência e controle de todas as informações pertinentes e de interesse público sobre os bens.

De acordo com o que foi citado acima, o inventário deve-se atentar pela manutenção de todas as informações relacionadas com suas características e seus

responsáveis, sendo esses dados tratados em um sistema na qual permite a alteração e manuseio das informações. Sendo assim, Lopes e Vicente (2018) destacam que a eficácia da gestão patrimonial se dá a partir do controle e integração entre a divisão do patrimônio da instituição e o uso de ferramentas de gestão eficazes para o controle.

Santos (2017) salienta ainda que o controle dos bens passa a ter mais importância no decorrer das atividades que integram todos os setores da instituição, pois é na verificação dos itens que se podem tomar decisões mais acertadas para o desenvolvimento e aprimoramento dos processos financeiros e de planejamento. Sendo assim, a importância do inventário patrimonial nos órgãos públicos vai além, pois detém informações para a construção de políticas de orçamento público para a melhoria e eficiência das decisões na implantação dos recursos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da presente proposta de intervenção deve basear-se em duas áreas de estudo: a de gestão e a tecnológica. A primeira, resulta na aplicação das propostas administrativas de melhoria dos processos, que no caso em questão, está fincado ao fato de que o inventário anual da Instituição é levantado de maneira pouco eficaz, gerando assim um gargalo no processo contábil anual do Campus. A segunda, se dá ao fato de automatizar e garantir a qualidade técnica dos inventários, por meio de uso de um sistema desenvolvido exclusivamente com a finalidade de garantir a eficácia dos processos.

Com isso, foi elencado um passo a passo de acordo com a metodologia para alcançar os resultados:

- 1) elaborar um esboço do sistema, a partir de como é feito o levantamento do inventário atual;
- 2) entrar em contato com o Centro de Ciências Tecnológicas da UENP/CLM, para que seja disponibilizado um apoio dos membros/bolsistas para o apoio técnico no desenvolvimento do sistema
- 3) agendar reuniões entre os responsáveis pelo patrimônio e o apoio tecnológico para que sejam explicitadas as diretrizes de cada parte;
- 4) acompanhamento de ambas as partes no desenvolvimento e implementação do sistema, de acordo com o andamento do projeto;
- 5) realizar testes com o sistema pronto, se houver algo a melhorar ou a alterar no sistema deve haver mais debates; com o sistema pronto, realizar o inventário dos setores

e comparar o tempo e o quantitativo de itens inventariados a partir dos dados dos anos anteriores;

6) realizar a análise de dados e relatórios disponíveis sobre o setor, além de observar como é a rotina dos responsáveis pelo setor de patrimônio para descobrir o que foi mais importante e se o sistema de leitura realmente teve a efetiva contribuição para o processo de controle de bens.

Para a resolução do problema de pesquisa do presente trabalho foram utilizados dados primários e secundários. As primeiras informações foram a análise de observação participante das atividades do setor de patrimônio do Campus, com o auxílio de ferramentas de cronometragem e com a ajuda dos funcionários do setor, foi realizado uma amostra de como é realizado o procedimento de inventário da instituição. Essa coleta foi realizada em uma sala de aula, na qual seria inventariada e com isso foram coletadas as informações necessárias para o prosseguimento da estrutura do processo.

Já os dados secundários foram obtidos junto aos documentos públicos institucionais que regem as condutas de manutenção e contabilização dos bens públicos do estado. Também foram disponibilizados os relatórios da relação de bens para a inserção no sistema de controle adaptado a partir de um sistema empresarial. Observando que todos os documentos e relatórios são públicos e estão disponíveis nos sites oficiais do Governo do Paraná.

A intersecção dos dados primários e secundários obtidos pela pesquisa, foram cruciais para o prosseguimento do desenvolvimento do modelo de gestão do projeto em questão, pois, com o auxílio das informações obtidas com os métodos propostos foi possível mapear o processo atual de inventário e desenvolver o modelo com base na metodologia implantada, essas ações têm como base auxiliar a identificação de melhorias que podem ser efetuadas para a otimização no processo de inventário.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Mapeamento do processo de inventário patrimonial

Na UENP – Campus Luiz Meneghel, a avaliação e inventário dos bens móveis, é realizada por meio do levantamento das placas de conferências em cada ano, a partir do inventário existente. O controle anual é realizado da seguinte forma:

É programado um roteiro a partir da divisão de cada setor e centro de estudos do campus, com isso, cada diretor de centro ou responsável é comunicado sobre a conferência dos bens para que o respectivo centro se prepare para receber o inventário.

Na segunda fase são impressas a relação dos bens dos respectivos lugares a serem conferidos e com a planilha em mãos é realizada a conferência manual de cada bem dos setores, anotando se a plaqueta corresponde ao item. Porém esse processo se torna muito arrastado e demorado, já que é necessária uma demanda de trabalho e de esforço físico para a realização dessa conferência.

Portanto, o plano de intervenção consiste em adequar e sistematizar o processo de inventário do Campus. Para isso, utilizaremos as plaquetas já colocadas nos equipamentos, elas possuem o número do patrimônio e um código de barras acoplados.

Com isso o projeto consiste em utilizar esses códigos a partir da leitura das plaquetas, por meio de um leitor de código de barras acoplados em notebooks/tablets, na qual o leitor ao identificar a plaqueta, irá automaticamente buscar na planilha já existente, o item ou equipamento, e com isso apenas confirmar as informações necessárias, como a situação do item, o local que se encontra, dentre outras, se as informações forem diferentes, atualiza-se a planilha no sistema no qual será ajustado posteriormente no Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel (GPM) do Estado.

4.2 Exemplificação do processo atual de inventário patrimonial:

Figura 1 – Exemplificação do processo atual de inserção de um bem no inventário:



FONTE: Elaborada pelo autor a partir das atividades do setor estudado.

A figura 1, como é o procedimento de compra e incorporação do bem na universidade, bem como a inserção das informações do bem adquirido para o controle de bens patrimoniais, na qual ficará responsável pela fiscalização e contabilidade do bem

enquanto o mesmo pertencer a instituição. Nesse processo de incorporação do bem é de suma importância a inserção correta dos dados condizentes com as informações da Nota Fiscal, que com base nessas informações que o controle de inventário fará suas buscas e emitirão os relatórios da situação contábil dos bens na instituição.

Figura 2 – Exemplificação do processo atual de conferência do inventário:



FONTE: Elaborada pelo autor a partir das atividades do setor estudado.

A figura 2, conduz o processo atual de inventariação dos bens patrimoniais do Campus, nela foi apresentado como é a rotina de verificação e confirmação dos bens, desde o planejamento de como se dará o procedimento de inventário, passando pelas metodologias e ferramentas utilizadas para a conferência, até a inclusão das informações obtidas pela comissão de inventário nos períodos de conferência. Destaca-se a maneira manual de obtenção das informações, o que levava a um procedimento oneroso de tempo e pessoal para a execução completa.

4.3 Mapeamento da proposta do novo processo de inventário patrimonial

Na proposta do modelo de inventário de bens patrimoniais formulado a partir de sistemas gerenciais de conferência de inventário, são utilizadas as informações que caracterizam o bem e suas informações. Na figura 3, abaixo, onde exemplifica a tela do sistema no Microsoft Excel, as informações são delineadas por colunas.

Na primeira coluna, é identificada a placa de patrimônio do bem, com o auxílio do leitor de código, é lida a plaqueta na qual a sua numeração é inserida na coluna “código de barras”. Na próxima coluna, descrita como “bem inventariado” é a descrição do bem que está relacionado com aquela placa de patrimônio, nela constam informações como,

tipo do bem, modelo, marca e características. Na próxima coluna “Local” é descrito o local onde o bem foi adquirido e deve estar. Na coluna seguinte, “Qtd. Localizada” diz respeito a quantidade verificada do item localizado para não ocorrer duplicidade no momento do inventário. No próximo item: “status” se mostra que a situação do bem se encontra dentro do padrão, pode-se alterar o status de acordo com o estado do bem (Ok, bom, ruim, inservível) ou sua localização (Ok, não localizado, cessão/comodato, em uso). Por fim, o sistema apresenta a hora e data da leitura das placas nas duas últimas colunas, justamente para garantir a precisão e a legitimidade do processo.

Figura 3 – Tela inicial do sistema de conferência do inventário patrimonial

TOTAL		6				
CÓDIGO DE BARRAS	BEM INVENTÁRIADO	LOCAL	QTD. LOCALIZ	STATUS	HORA ÚLT. LEIT.	DATA
TESTE0123	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	SALA TESTE 1	1 OK		13:07:38	28/03/2022
TESTE0124	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 2	SALA TESTE 1	1 OK		13:07:45	28/03/2022
TESTE0125	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 3	SALA TESTE 1	1 OK		13:07:52	28/03/2022
TESTE0126	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 4	SALA TESTE 1	1 OK		13:07:31	28/03/2022
TESTE0127	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 5	SALA TESTE 1	1 OK		13:07:59	28/03/2022
TESTE0128	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 6	SALA TESTE 1	1 OK		13:08:30	28/03/2022

CÓDIGO	PRODUTO	QTD P.	QTD C.	FALTA
TESTE0132	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0133	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0134	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0135	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0136	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0137	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0138	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1
TESTE0139	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	1	0	1

FONTE: Exemplificação de teste da tela do sistema adaptada pelos autores – Aba conferência.

Na figura 3, é exemplificada a operacionalização do sistema, o botão “conferir” abre a janela de “conferência” na qual são destacados os itens que necessitam ser inventariados a partir do “pedido” que é o local/setor/sala do inventário. Com a seleção dos itens pela aba de conferência os itens são destacados em azul na tela inicial, realizando assim a sequência do inventário. Caso não seja computado o item, a aba de conferência destaca a quantidade que falta e quais os itens. Após a realização do inventário no setor é possível agrupar a relação do inventário em um relatório para a assinatura das partes e a ciência do responsável.

Na quarta figura, é mostrada a seção da relação de patrimônio que terá todas as informações necessárias para a conferência dos bens. Nesta relação contém os dados a

partir da incorporação ou transferência de bens de determinado setor, sendo atualizados a partir dos inventários realizados, bem como das solicitações de transferências, empréstimos, e baixa de equipamentos.

Figura 4 – Tela de teste da relação dos bens do sistema de conferência do inventário patrimonial

FONTE: Exemplificação de teste da tela do sistema adaptada pelos autores - Aba Relação de Patrimônio.

Na imagem acima é possível visualizar a disposição dos bens da instituição, no

The screenshot displays the 'UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - CAMPUS LUIZ MENEGHEL' interface for 'GERENCIAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS' and 'INVENTÁRIO 2021/2022'. The main table lists inventory items with the following data:

CÓDIGO DE BARRAS	BEM INVENTARIADO	LOCAL	QTD.
TESTE0123	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1	SALA TESTE 1	1
TESTE0132	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 10	SALA TESTE 1	1
TESTE0133	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 11	SALA TESTE 1	1
TESTE0134	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 12	SALA TESTE 1	1
TESTE0135	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 13	SALA TESTE 1	1
TESTE0136	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 14	SALA TESTE 1	1
TESTE0137	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 15	SALA TESTE 1	1
TESTE0138	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 16	SALA TESTE 1	1
TESTE0139	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 17	SALA TESTE 1	1
TESTE0140	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 18	SALA TESTE 1	1
TESTE0141	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 19	SALA TESTE 1	1
TESTE0124	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 2	SALA TESTE 1	1
TESTE0142	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 20	SALA TESTE 1	1
TESTE0143	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 21	SALA TESTE 1	1
TESTE0125	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 3	SALA TESTE 1	1
TESTE0126	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 4	SALA TESTE 1	1
TESTE0127	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 5	SALA TESTE 1	1
TESTE0128	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 6	SALA TESTE 1	1
TESTE0129	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 7	SALA TESTE 1	1
TESTE0130	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 8	SALA TESTE 1	1
TESTE0131	CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 9	SALA TESTE 1	1

The modal window 'CADASTRO DE PRODUTOS E PEDIDOS' contains the following fields and buttons:

- Código: TESTE0123
- Produto: CADEIRA UNIVERSITÁRIA - TESTE 1
- NR. Pedido: SALA TESTE 1
- Qtd.: 1
- Buttons: LIMPAR, EXCLUIR, SALVAR

qual dispõem das informações necessárias para o processo de inventário. No botão “Formulário” é possível abrir a aba “Cadastro de produtos” na qual é possível a inserção de novos equipamentos a partir da inclusão dos mesmos no inventário do Campus. Também é possível é nessa área do sistema que pode ser alterada alguma informação para a atualização do inventário.

4.4 Exemplificação do modelo de processo de inventário patrimonial

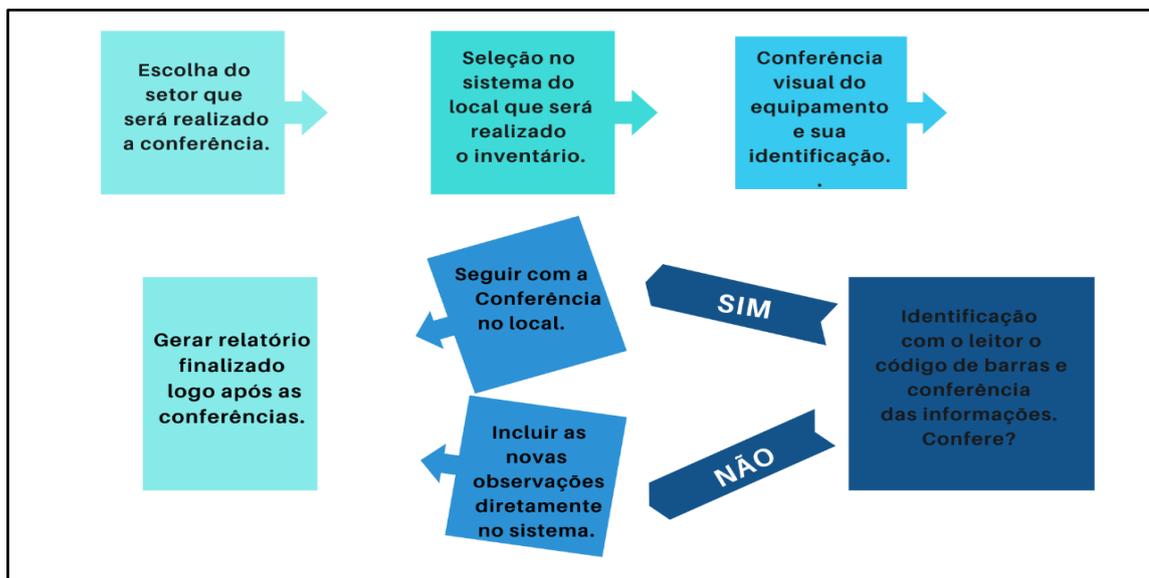
Figura 5 – Exemplificação do processo de inserção de um bem no controle de inventário a partir da instalação do sistema de controle:



FONTE: Elaborada pelo autor.

Na quinta figura é apresentado o modelo proposto pela presente pesquisa para a inserção do bem no sistema de controle de bens de gerenciamento do patrimônio na instituição. Neste processo é possível observar que as informações de incorporação serão repassadas a partir do sistema adaptado para a função, no qual se baseia no processo atual, mas com uma maior assertividade nos procedimentos, facilitando a visualização do bem e preservando suas características de forma mais assertiva do que no processo de elaboração de planilha atual.

Figura 6 – Exemplificação do novo processo de conferência do inventário:



FONTE: Elaborada pelo autor.

Na sexta figura, é apresentada a proposta de como será regido o procedimento de inventário dos bens a partir do modelo adaptado e implantado no Campus. Aqui pode-se

observar em comparação com a figura 2, a reformulação do processo com base na inserção do leitor de código de barras no processo de inventário.

Nesse processo foi observado na prática a partir dos testes realizados algumas contribuições na execução da verificação do patrimônio. Como por exemplo, não será necessário o uso de planilhas impressas e nem mesmo formulá-las de acordo com os locais escolhidos para a execução do inventário, ganhando assim, maior autonomia nas escolhas dos locais inventariados, além da economia de papel e tinta que foi observado no decorrer dos testes, auxiliando na questão de economia e contribuindo para as políticas de desenvolvimento sustentável da instituição.

Outra contribuição vista na prática, com o auxílio do equipamento de leitura de códigos de barras, é a minimização do esforço que os funcionários passaram a ter para realizar o trabalho. Como as plaquetas são coladas em todos os equipamentos, em lugares distintos, pois cada equipamento pode estar alocado em locais de difícil visualização, o que demandava um esforço maior dos agentes, que deveriam muitas vezes subir em escadas, arrastar equipamentos, se agachar ao chão para a melhor identificação da plaqueta entre outros esforços corriqueiros desta função. Com o leitor, que possui um campo de captura de mais de 30 centímetros, esses esforços foram minimizados, além de trazer maior exatidão no momento de leitura das placas.

Por fim, a contribuição que trouxe maior ênfase para o trabalho, foi a diminuição da demanda de tempo que se observou no decorrer do procedimento de inventário. Com os testes realizados, foi possível observar uma redução entre 30 a 50% do tempo, em comparação com a maneira anterior de realização do levantamento. Em uma sala de aula, por exemplo, antes o tempo de verificação de patrimônio era em torno de 40 minutos, com a implantação do sistema a mesma sala foi inventariada em 22 minutos. O que evidencia que o modelo cumpriu uma das suas propostas de atender ao princípio da eficiência pública com qualidade na execução do processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a presente pesquisa, ficou estabelecido como objetivo principal a adaptação e implantação de um modelo de gerenciamento de bens patrimoniais a partir de um sistema de verificação com códigos de barras, geralmente utilizados em organizações e empresas de controle de estoque e de equipamentos. Em consonância com o objetivo principal, também foi considerado a análise comparativa do atual de processo de

inventário do Campus Luiz Meneghel da UENP e os resultados práticos da implantação do novo modelo de gerência dos bens.

Verificou-se neste trabalho, que a proposta do foi desempenhada de acordo com a metodologia apresentada, atingindo o objetivo principal de adaptar um sistema para o auxílio da gestão do patrimônio foi concluído de forma que todos os aspectos contemplados para desempenhar um sistema seguro e eficaz para controle dos bens, baseados nos princípios que regem a administração pública, prezando sempre pela celeridade das atividades e a eficiência nos processos.

Constatou-se na execução do trabalho importantes contribuições na prática do processo de inventário em questão, algumas delas evidencia a importância da implantação de ferramentas de gestão atuais e com maior precisão dentro de órgãos públicos, dados ao tamanho das dificuldades enfrentadas por essas instituições seja por questão de recursos, pessoal qualificado e instrumentos que podem ser usados para uma gestão pública de maior eficiência.

As principais contribuições teóricas que a presente pesquisa apresentou, foram a respeito da importância da gestão de inventário, delineando sua dimensão no âmbito da gestão contábil dos órgãos públicos. Também é possível destacar que o presente trabalho trouxe contribuições para os estudos envolvendo a criação de mecanismos e ferramentas de gerência eficazes para atender a demanda e as necessidades dos órgãos públicos, unindo assim, várias vertentes e áreas do conhecimento, como gestão, computação, tecnologia da informação e administração, dentre outras, o que auxilia nos estudos de diversas fontes de conhecimento para futuras pesquisas.

Portanto, com os resultados obtidos pela aplicação da nova ferramenta de auxílio na gestão de inventário, na qual foi possível constatar contribuições na atenuação do tempo gasto para realizar toda a formulação do processo; a diminuição de materiais de consumo para realização da tarefa; a maior exatidão na conferência dos bens patrimoniais e a minimização dos esforços físicos dos funcionários no oferecimento das tarefas de conferência. Com isso, fica evidente que o modelo de gestão proposto teve a sustentação necessária vindo da teoria do trabalho.

Pode se concluir então, que a adaptação do modelo para o uso na gestão de inventário dos bens patrimoniais da instituição trouxe melhorias e aperfeiçoamentos no processo, garantindo maior eficiência na entrega dos prazos de prestação de contas, maior controle quantitativo e qualitativo dos bens na instituição e a garantia de zelar pelos bens

públicos prezando pelos princípios constitucionais e a maximização da eficiência da gestão pública.

REFERÊNCIAS:

- ALEXANDRE, M. **O Planejamento Estratégico Governamental, Enquanto Instrumento Gerencial Para O Alcance De Resultados E Direcionamento Da Gestão – Proposta De Elaboração Para A Prefeitura Municipal De Timbé Do Sul**. 2013. 161 f. Dissertação. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.
- ANSOFF, H. O. MCDONELL E. J. **Implantando a Administração Estratégica**: 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRANCO, L. S. C. O Planejamento Estratégico no Setor Público Brasileiro. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**. Laranjeiras, v. 1, n. 1, p.173 – 182, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/1556>> Acesso em: 15/02/2022.
- BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- DPE - **DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ**. Disponível em: <<https://www.administracao.pr.gov.br/Patrimonio-do-Estado/Pagina/Departamento-de-Patrimonio-do-Estado-DPE>> Acesso em 25/10/2021.
- DPG - **DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**. Disponível em: <<https://www.administracao.pr.gov.br/Patrimonio-do-Estado/Pagina/Divisao-de-Planejamento-e-Gestao-DPG>> Acesso em 12/11/2021.
- JESUS, B. R. B. **Sistema de Patrimônio – Inventário com Códigos de Barras**. Manual do Usuário Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Belo Horizonte, 2013.
- LOPES, B. F.; VICENTE, L. A. W. **Gestão Patrimonial: Depreciação de Bens no Instituto Federal de Santa Catarina Campus Itajaí para atendimento da Portaria nº. 385, de 28 de novembro de 2018**. 2018, Especialização em Gestão Pública para EPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.
- MEDAUAR, O. **Direito Administrativo Moderno**: 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- MINTZBERG, H. et al. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**: 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ROCHA, D. G.; SOARES, V. A. **Estudo Da Viabilidade De Implantação Da Tecnologia Rfid No Controle De Inventário Patrimonial Do IFMG – Campus São João Evangelista**. 2016. 52 f. Dissertação. Instituto Federal de Minas Gerais. São João Evangelista, 2016.
- SANTOS, A. F. M. S. **El Control De Inventario Físico De Bienes Muebles Y Su Incidencia En La Conciliación Patrimonial Con Los Estados Financieros En La Universidad Nacional Santiago Antúnez De Mayolo Periodo 2015**. Dissertação de Mestrado - Universidad Nacional Santiago Antúnez de Mayolo, Huaraz - Perú, 2017.
- SANTOS, C. S. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006. 156p.
- SERRA, F. A. R. et al. **Administração Estratégica / Conceitos, Roteiros Práticos e Casos**: 2ª ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2004.
- SILVA, F. A.; GONÇALVES, C. A. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. **Revista de Administração da UFMS**, v. 4, n. 3, art. 9, p. 458-476, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7453/o-processo-de-formulacao-e-implementacao-de-pla>> Acesso em 10/02/2022.
- SISTEMA ESTADUAL DE LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=230824&indice=1&totalRegistros=1&dt=25.4.2021.15.14.24.989>> Acesso em 25/11/2021.